

28 MAI 1996

Economia - Brasil

O governo e suas responsabilidades

Herbert Levy *

É estranhável a constante indiferença com a qual o presidente Fernando Henrique Cardoso acolhe as manifestações negativas que sua política deflacionária provoca.

Estamos superando em matéria de desemprego as cifras notoriamente desfavoráveis da União Européia. Mas cresce; aumentando a gravidade das nossas cifras, que aqui na verdade não existe seguro-desemprego que, nos países industrializados, funciona. Só esse fato exigiria, sobretudo de um político que durante toda a sua existência se preocupou, prioritariamente, com os problemas sociais, maior sensibilidade para o problema, evitando que ele assumisse a gravidade atual, provocada por uma política deflacionária em defesa do real que fecha os olhos a todas as graves consequências negativas.

Circunstâncias fortuitas do plano internacional: a

alta dos preços da soja, do milho e do trigo, entre outros, suavizaram a situação nas áreas respectivas da lavoura, a comunidade mais fortemente atingida com a política de valorização do real. Basta lembrar a inacreditável cifra de desemprego, próxima de 1 milhão, que ocorreu em

Quando teremos uma política econômica que estimule o emprego e não o desemprego?

1995, com a agravante de que se trata de trabalhadores que não sabem fazer outra coisa e por isso engrossaram as fileiras dos sem-terra que, pela primeira vez na história, apanhados por suas dificuldades, adotaram a ilegal invasão das propriedades privadas.

Multiplicam-se os esforços, não apenas do governo, para assentar os trabalhadores desempregados, incluindo a colabora-

ção do Exército Nacional, pondo à disposição, para esse fim, terras de que não necessitam. A Igreja promete fazer o mesmo, enquanto o governo, por ora, apenas acena com uma reforma agrária que custa para sair do papel e que, na verdade, só pode ser executada com estudos cuidadosos, de modo a assegurar aos novos proprietários a indispensável assistência técnica e financeira para poderem ter sucesso.

Enquanto não faltam os justos elogios à confiança no plano moral, que merece o atual governo, responsável pelo considerável incremento nos investimentos industriais, com destaque para a indústria automobilística, por outro ele é responsável pelo recorde na



entrada dos capitais especulativos, atraídos pela notoriedade que o Brasil alcançou e alcança até hoje de recordista dos juros altos.

Não devo lembrar de novo o que é público e notório: a ruína das empresas industriais e comerciais com o custo do crédito, o que isso está onerando o País em falências e concordatas e também aumento do desemprego nessas áreas.

Mas o governo exhibe uma falsa euforia com o volume de reservas cambiais, do qual não tínhamos lembrança até hoje, cerca de 55 bilhões de dólares! Mas, infelizmente, a causa disso é a acolhida, inexplicavelmente sem reservas, do capital especulativo, que prefere as apli-

cações a curto prazo e alto rendimento. Uma das principais vítimas é o próprio governo, que aceita a anomalia sem restrições.

Esse dinheiro recebe como recompensa e sem demora nem dificuldades os reais correspondentes. Para evitar o equivalente aumento da moeda em circulação, o Tesouro emite títulos da dívida pública.

Por incrível que pareça, o governo fecha os olhos para esse custo. Em janeiro do ano passado, quando tomou posse o presidente Fernando Henrique, a dívida era de R\$ 61,8 bilhões, ascendendo atualmente a 138 bilhões, mais do que o dobro!

O presidente está em Paris, em mais uma de suas luzidias caravanas e os déficits públicos vão num crescendo: primeiro pela crise grave nas atividades produtoras e segundo pelo crescimento desordenado da dívida interna — os gastos com juros da dívida pública cresceram 87,5% no primeiro

trimestre deste ano comparados com 1995, e isso exige mais emissões de títulos, num circuito vicioso que deveria estar merecendo as atenções e providências governamentais.

Quando poderemos contar com as providências eficazes para redução do custo proibitivo do crédito? Quando teremos uma política cambial realista, que deixe de punir nossos industriais com a concorrência desigual do produto importado e desencorajando os exportadores e produza déficits absolutamente sem precedentes na balança comercial? Quando teremos uma política econômica que estimule o emprego e não o desemprego?

E, por via de consequência, a lucratividade e não a inadimplência. São perguntas que, espero, o presidente procurará responder quando regressar de Paris.

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil